

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.289 - RJ (2019/0331808-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
KELLY CANHESTRO OLIVEIRA - RJ185075
RECORRIDO : MARIA DA SILVA CALDAS
ADVOGADO : RICARDO DA SILVA SANTOS - RJ160880

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJRJ assim ementado (e-STJ fl. 372):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. CEDAE. TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEMANDANTE QUE ALEGA COBRANÇA INDEVIDA EM RAZÃO DE SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NÃO PRESTADO PELA RÉ. PRETENSÃO AUTORA DE DEVOLUÇÃO, EM DOBRO, DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS E DE COMPENSAÇÃO PELO DANO MORAL SUPOSTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA. Laudo pericial que atesta a prestação de duas das quatro fases do serviço – coleta e transporte. Questão que versa sobre matéria repetitiva, representada no Tema nº 565/STJ (“A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades”), cujo processo paradigma – REsp 1.339.313/RJ – foi definitivamente julgado pelo STJ.

Possibilidade de cobrança que, no entanto, deve observar a proporcionalidade entre o serviço efetivamente prestado e sua respectiva remuneração. Vedação ao enriquecimento sem causa da concessionária ré e necessidade de restabelecimento do equilíbrio da relação consumerista. Matéria que não deve ser analisada exclusivamente pelo aspecto patrimonial, mas, também, sob o enfoque do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme previsto no artigo 225 da Constituição da República. Reforma da sentença para condenar a ré a limitar a cobrança de tarifa de esgoto ao percentual de 50 %, sob pena de multa de R\$ 200,00 por cobrança indevida, bem como a devolver as diferenças na forma simples, observado o período reclamado, até a regularização da prestação do serviço. Dano moral configurado. Verba compensatória arbitrada em R\$ 5.000,00, acrescida de juros moratórios a contar da citação e correção monetária a partir desta data. Condenação da ré ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, tendo em vista que a autora decaiu de parte mínima dos pedidos. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

No recurso especial (e-STJ fls. 398/431), fundamentado no art. 105, III, alínea "a", da CF, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 485, VI, do CPC/2015, 206, § 3º, IV, e 927 do CC/2002, 9º do Decreto n. 7.217/2010 e 3º da Lei n. 11.445/2007.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fls. 461/463).

É o relatório.

Decido.

A natureza jurídica da demanda – prestação de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto – é de direito público, cujo julgamento cabe à Primeira Seção.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. TARIFA DE ESGOTO. DIREITO SANITÁRIO. DIREITO AMBIENTAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. PRESTAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS. COBRANÇA DE TARIFA. TEMA JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC (RECURSOS REPETITIVOS). RESP 1.339.313/RJ. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. ART. 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1. Trata-se, na origem, de Ação de Repetição de Indébito decorrente da cobrança, pela recorrida, da tarifa de tratamento de esgoto, apesar de, na localidade, não existir a prestação de serviço público de esgotamento.

2. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

3. No julgamento do REsp 1.339.313/RJ, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, o STJ fixou o entendimento de que se afigura legal a cobrança de tarifa de esgoto, ainda quando detectada a ausência ou deficiência do tratamento dos resíduos coletados, se outros serviços, caracterizados como de esgotamento sanitário, forem disponibilizados aos consumidores.

4. Na ocasião, firmou-se a tese de que "a legislação que rege a matéria dá suporte à cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades" e de que "tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado".

5. Sob o triplice enfoque - do Direito Ambiental, do Direito Sanitário e do Direito do Consumidor -, descabe cobrar por esgoto não coletado ou despejado in natura nas galerias pluviais. Neste último caso, a questão deixa de ser de tratamento de resíduos e se transforma em poluição pura e simples, o que implica, para o Poder Público e suas concessionárias, responsabilidade civil ambiental, e não direito a pagamento por serviços inexistentes. Sem dúvida, não foi intuito do Recurso Repetitivo (REsp 1.339.313/RJ) transformar inadmissível ilícito antissanitário, antiambiental e anticonsumerista em lícito contratual remunerado, pois não se equivalem, de um lado, o uso das galerias pluviais para escoamento de esgoto tratado e, do outro, a poluição das galerias pluviais, dos rios e do mar com efluentes sem qualquer forma de tratamento, nem mesmo primário. Essa a (correta) leitura que se deve fazer do Repetitivo, no ponto em que alude à possibilidade de utilização de galerias pluviais. Em outras palavras, seu emprego se legitima somente quando os efluentes nelas lançados estão devidamente tratados, etapa fundamental do chamado saneamento básico, não bastando o mero recolhimento e descarte.

6. A questão da devolução em dobro foi, na hipótese dos autos, analisada à luz da prova e das peculiaridades do caso concreto. Incide, pois, neste caso, a Súmula 7/STJ.

7. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.801.205/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 2/8/2019.)

A matéria, portanto, é de competência das Turmas integrantes da Primeira Seção, a teor do disposto no art. 9º, § 1º, XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Análise

Superior Tribunal de Justiça

e Classificação de Temas Jurídicos e Distribuição de Feitos, para que proceda à redistribuição do feito a uma das Turmas que integram a Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator